

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022
MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-JUD-TRF1 2021-2026

ANO 2022

META	DESCRIÇÃO	RESULTADO
1	Reduzir o consumo de papel em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	
2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	
3	Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31/12/2022 (referência 2019)	
4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	
5	Não aumentar o consumo de energia elétrica (referência 2019)	
6	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (referência 2019)	
7	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado	
8	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31/12/2022 (referência 2019)	
9	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017	
10	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (referência 2019)	
11	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (referência 2019)	
12	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute	
13	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (referência 2019)	
14	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31/12/2022 (referência 2019)	
15	Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022	
16	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	
17	Implementar o indicador de equidade	

A exposição em forma de farol obedece aos mesmos critérios utilizados para o acompanhamento das Metas Estratégicas do Tribunal

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO			
MENOR QUE 70%	DE 70% A 84%	DE 85% A 99%	MAIOR IGUAL A 100%
			

Em 2021, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável do Tribunal para o período de 2021/2026 (Portaria Presi 340/2021), alinhado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021/2026 (Resolução Presi 10/2021) e à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução CNJ 400/2021).

A elaboração do PLS-TRF1 2021-2026 foi fruto do trabalho conjunto da Comissão Gestora do PLS - CGPLS, de seus grupos executivos, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados do PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados e para o estabelecimento das propostas de metas revisadas e alinhadas às diretrizes da administração.

Quanto à definição das metas, dada a incerteza de cenário em razão da pandemia de Covid-19, a mudança cultural e no modo de trabalho, bem como o consequente impacto nos indicadores socioambientais, a Comissão Gestora do PLS optou por definir, inicialmente, metas bienais (para 2021-2022), as quais serão revisadas ao fim do primeiro biênio.

Em atendimento à Resolução CNJ 400/2021, foram incluídas duas novas metas (metas 16 e 17) para implementação de dois novos indicadores, respectivamente, o “indicador de sustentabilidade em novas licitações”, para mensuração do percentual de licitações sustentáveis realizadas no Tribunal, e o “indicador de equidade”, para mensuração do percentual de mulheres no quadro de pessoal.

Em 2022, o Tribunal cumpriu 99% do seu PLS. Seguem, abaixo, as tabelas da série histórica de cumprimento dos PLS e de suas respectivas metas. A seguir, apresentam-se o resultado das metas do PLS em 2022 bem como o resultado do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA 2022.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022

PLS 2021-2026		
Índice de Cumprimento das Metas Individuais		
Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável		
Fórmula: $PEM = (MA/MP) \times 100$ PEM - Percentual de Execução da Meta MA - Meta Alcançada MP - Meta para o período		
Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, o resultado considerado é 100%		
Meta Nº	Meta	2022
1	Reduzir o consumo de papel em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	100%
2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	100%
3	Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31/12/2022 (referência 2019)	87%
4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a.a. até 31/12/2022 (referência 2019)	100%
5	Não aumentar o consumo de energia elétrica (referência 2019)	97%
6	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (referência 2019)	100%
7	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado	100%
8	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31/12/2022 (referência 2019)	100%
9	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017	100%
10	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (referência 2019)	100%
11	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (referência 2019)	100%
12	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute	100%
13	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (referência 2019)	100%
14	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31/12/2022 (referência 2019)	100%
15	Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022	100%
16	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	100%
17	Implementar o indicador de equidade	100%

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022

Índice de Cumprimento do PLS 2015/2020 e 2021/2026

Mede o desempenho percentual de alcance de todas as metas do Plano de Logística Sustentável

Fórmula: $DPM = (\sum PEM_1 + PEM_2 + \dots + PEM_n) / QTM$

DPM - Desempenho Percentual de Metas do PLS PEM - Percentual de Execução da Meta QTM - Quantidade Total de Metas para o período

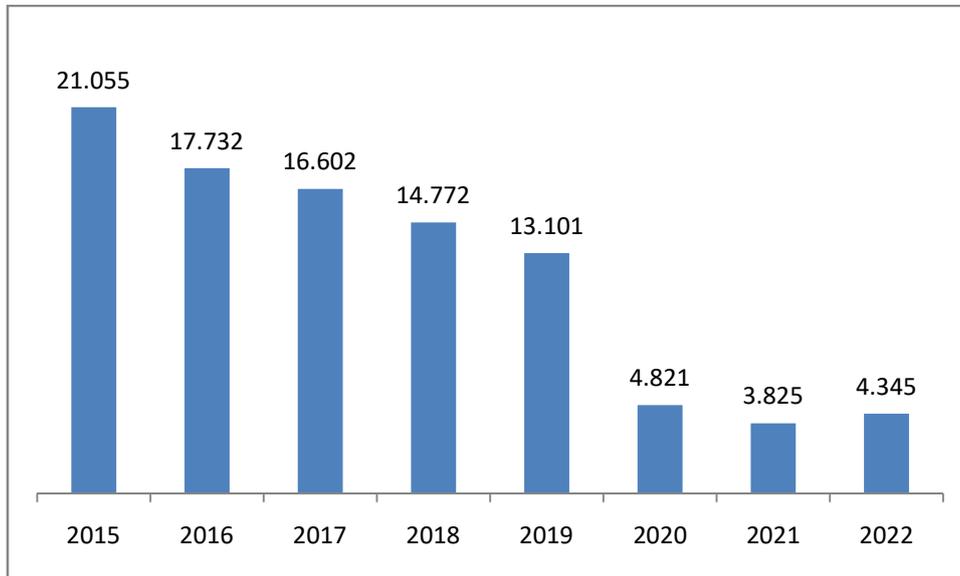
Indicador	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de cumprimento do PLS	Percentual	94%	95%	91%	96%	99%	100%	99%



META 1 – Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)

Meta cumprida

Consumo total de papel branco e reciclado (em resmas)



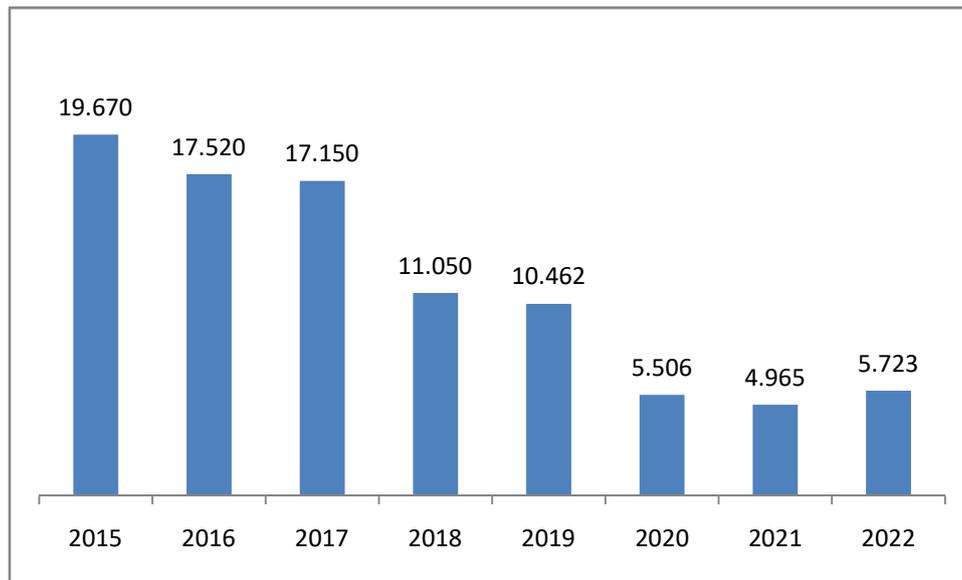
Em 2022, o Tribunal consumiu 4.345 resmas, uma redução de 67% em relação ao ano de 2019 (ano referência). Assim como ocorrido nos anos de 2020 e 2021, a redução no consumo de papel desde o ano de 2020 é decorrente da adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho ao longo ano, em razão da Pandemia do Covid-19. Excluídos os efeitos da pandemia no consumo de papel, avalia-se que o maior impacto para atingimento da meta é a virtualização dos processos (administrativo e judicial) do Tribunal.



META 2 – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)

Meta cumprida

Consumo Total de copos descartáveis (Centos de copos)



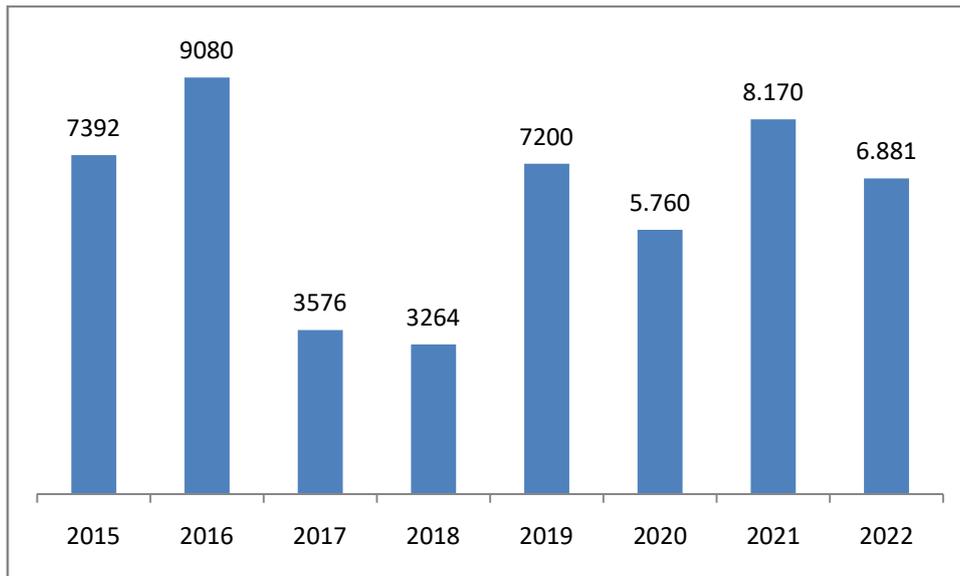
Em 2022, o Tribunal consumiu 5.723 centos de copos descartáveis (de 200 ml e de 50 ml), uma redução de 45% em relação ao ano de 2019, causada pelo trabalho não presencial em massa no ano.



META 3 – Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)

Cumprimento de 87% da Meta

Consumo de água envasada em embalagens plásticas - 500ml (unidades)



A meta 3 estabelece uma redução de consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31 de dezembro de 2022, em relação ao consumo de 2019, representando consumo máximo no biênio de 13.320 unidades.

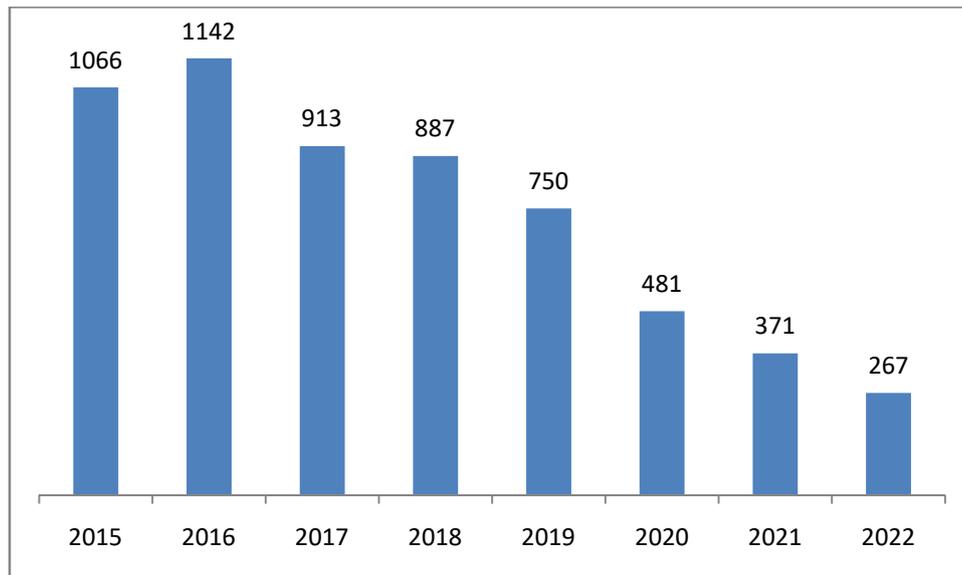
Em um esforço para cumprimento da meta o Tribunal substituiu, no segundo semestre de 2022, o fornecimento da água mineral em garrafas plásticas por água mineral servida em jarra nas dependências do hotel localizado no Centro de Treinamento da Justiça Federal da 1ª Região - Centrejufe. Apesar desta medida, o Tribunal consumiu 15.051 garrafas plásticas de água no biênio 2021/2022, representando 13% de aumento em relação à meta estabelecida para o período, com o cumprimento de 87% da meta proposta.



META 4 – Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a. a. (ano referência 2019)

Meta cumprida

Quantitativo de suprimento de impressão (unidades)



Para o cálculo da Meta 4 é considerado o consumo (em unidades) de suprimentos de impressão (cartuchos de *toner*, cartuchos de tinta, *ribbon* - fita de impressão).

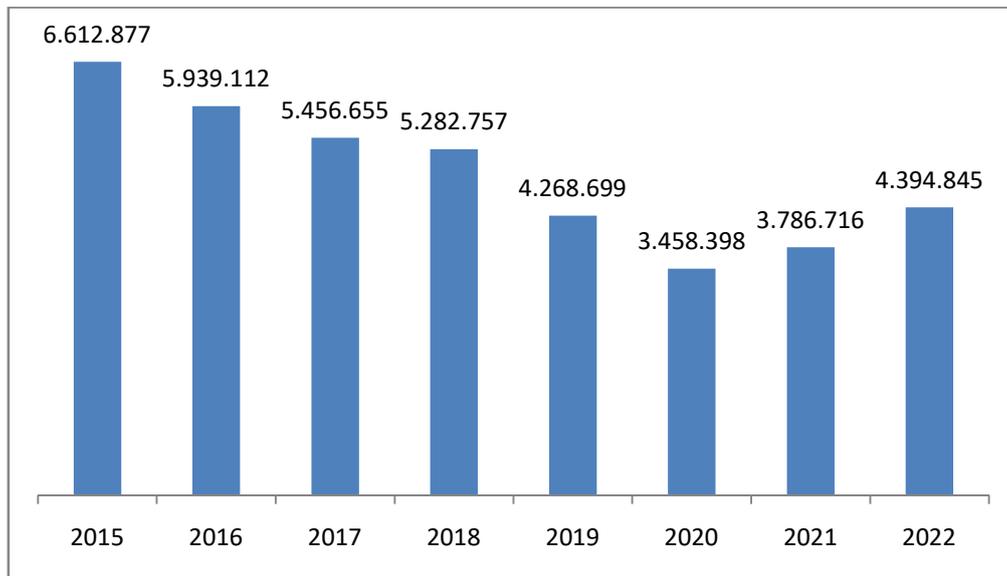
Em 2022, o Tribunal consumiu 267 cartuchos para impressão, uma redução de 74% em relação a 2019, seguindo a tendência de redução de impressões no Tribunal a partir da implantação dos sistemas processuais eletrônicos administrativo e judicial.



META 5 – Não aumentar o consumo de energia elétrica (ano referência 2019)

Meta cumprida

Consumo de energia elétrica em kWh



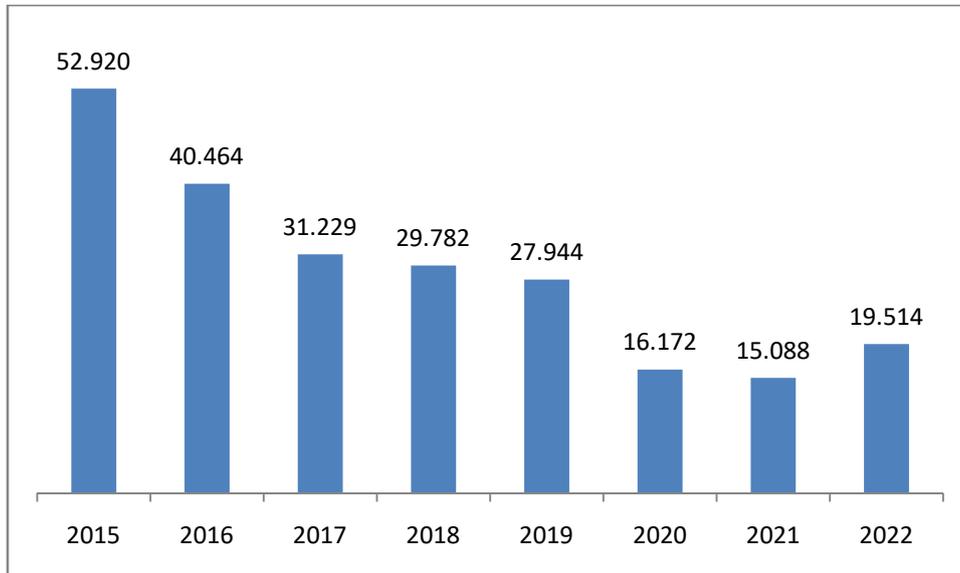
Em 2022, o Tribunal consumiu 4.394.845 kWh de energia elétrica, um aumento de 3% em relação ao ano referência (2019), o que equivale a 97% da meta cumprida, em razão da energia elétrica utilizada na reforma de leiaute do Tribunal com a criação dos 16 novos gabinetes de desembargadores federais, reforma não prevista à época da definição da meta.



META 6 – Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (ano referência 2019)

Meta cumprida

Consumo de água (m³)



Em 2022, o Tribunal consumiu 19.514 m³ de água, uma redução de 30% em relação ao ano de 2019, causada pela racionalização do uso de água em decorrência da prevalência do trabalho não presencial.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022



META 7 – Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.

Meta cumprida.

Queda de 88% na geração de resíduos de papel

Assim como ocorreu em 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19 reduziu consideravelmente a geração de resíduos produzidos pelo Tribunal, uma vez que foi predominante a modalidade de trabalho remoto ao longo do ano. A virtualização dos processos físicos (com a digitalização quase total do acervo de processos do Tribunal), além de ter possibilitado a adoção massificada do teletrabalho, contribuiu, no trabalho presencial, para a redução das impressões, refletindo positivamente na geração de resíduo de papel, que caiu 88% em relação a 2019.

Gestão de Resíduos									
Indicadores PLS Jud - CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DPA – Destinação de papel	Kg	39.283	37.619	44.607	28.412	27.533	14.595	6.672	3.345
DPL – Destinação de plásticos	Kg	3.172	2.371	476	331	0	37	330	413
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	18	0	0
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	1.782	1.646	460	1.206	0	1.230 un (1.410 kg)	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	48	55	0	0	0
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	368	168	306	338	4.944	0	208
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	19.500	0	7.900	0	11.812	0	0
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	190	65	55	0	0	70	110 m ³ 110.000 kg (considerada a estimativa de 1.000 kg o m ³)	120 m ³ 120.000 kg (considerada a estimativa de 1.000 kg o m ³)
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	440	245	304	159	135	174	17 kg ou 61 litros (considerada a estimativa de 1 kg por 3,57 litros)	18



META 8 – Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Série histórica

Qualidade de Vida									
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	240	892	1.131	1.309	1.075	831	1840	1.120
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	26	10	12	14	13	11	11
PS – Participações em ações solidárias	Participante	106	57	105	168	158	0	0	191
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	1	1	1	1	0	0	1
Alnc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	1	1	1	4

Em 2022, foram registradas 1.120 participações em 11 ações de qualidade de vida. Todas foram realizadas de forma virtual, considerando o aumento da adesão dos servidores ao teletrabalho e trabalho híbrido. Do total de ações realizadas, 40% das ações foram campanhas educativas que tem como alcance todo o corpo funcional. O Tribunal também promoveu a Campanha Árvore da Solidariedade, ação solidária realizada anualmente, coordenada pela Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial - Asrep para arrecadação de doações entre magistrados e servidores do Tribunal como forma de colaboração, no período natalino, aos prestadores de serviço com menor remuneração. Em 2022, foi arrecadado o valor de R\$ 9.073,00, com o qual foram adquiridos 146 kits natalinos e 45 panetones, beneficiando 191 prestadores de serviço.

Divulgações institucionais relacionadas aos objetivos do Plano de Logística Sustentável

- Coronavírus (Campanha educativa)
- Consumo Consciente de Papel A4
- Boletim Qualidade de Vida
- Dia da Mulher (live) 25/03
- Dia Internacional das Florestas (story)
- Dia Mundial da Água - 22 de março

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022

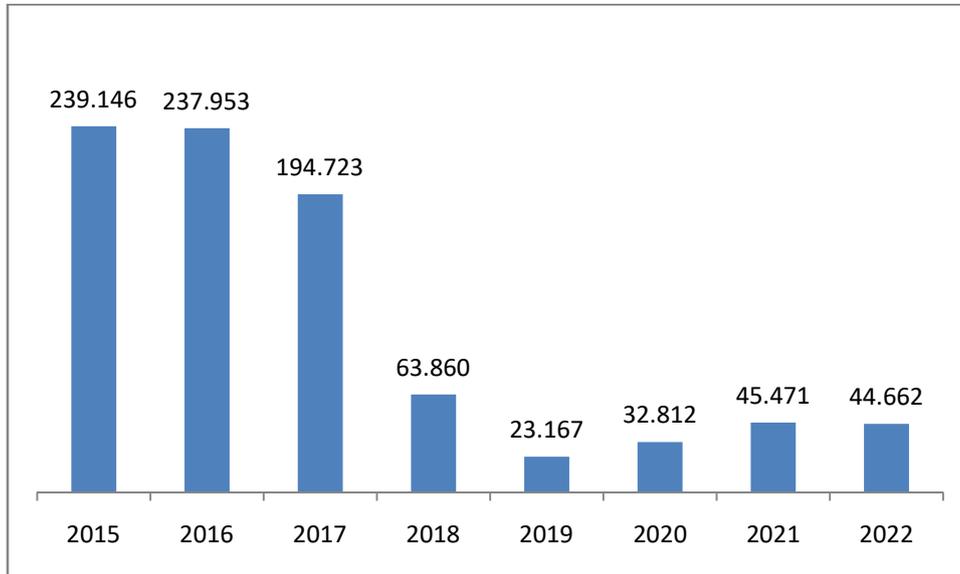
- Dia Internacional do Síndrome de Down
- Dia Mundial da Conscientização do Autismo - 2 de abril
- Dia do Planeta Terra – 22 de abril
- Dia das Mães (oficina de meditação)
- Dia Mundial da Reciclagem (story)
- Dia Internacional da Biodiversidade - 22 Maio (story)
- Dia da Mata Atlântica (story)
- Dia Mundial sem Tabaco – 31 de maio Seu lixo pode virar bicho
- Dia do doador de órgão - 05 de junho
- Dia do Meio Ambiente – 05 de junho
- Live do Meio Ambiente Virtual – 10 de junho
- Dia mundial do doador de sangue 14 de junho
- Agosto Lilás
- Dia Nacional da Saúde – 05 de agosto
- Dia dos Pais
- Dia do Combate à Poluição – 14 de agosto
- Dia do ciclista - 19 de agosto
- Dia Nacional do Voluntariado - dia 28 de agosto
- Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio
- Dia da Amazônia - 5 de setembro
- Dia Nacional do Doador de Medula Óssea - 18 de setembro
- Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência 21 de setembro
- Roda de Conversa sobre Acessibilidade (21 de setembro)
- Dia Nacional de Luta de Pessoa com Deficiência (post)
- Dia Nacional do Doador de Órgãos, 27 de setembro
- Semana do Coração (26 a 30 de setembro)
- Outubro Rosa - Conscientização sobre o câncer de mama
- Neuróbica Dia do Consumo Consciente - 15 de outubro
- Dia do Servidor - 28 de outubro
- Novembro Azul - Conscientização sobre câncer de próstata
- Vinte um dias de ativismo pelo fim da violência contra a Mulher
- Dezembro vermelho (Combate à AIDS - 2/12)
- Dia Internacional dos Direitos Humanos – 10 de dezembro
- Árvore da Solidariedade



META 9 – Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017

Meta cumprida

Gasto com telefonia (R\$)



Em 2022, o Tribunal teve um gasto de R\$ 44.662, em telefonia, somados os gastos com telefonia fixa e móvel, o que representa 23% do valor gasto em 2017, (ano referência da Meta 9). O aumento em 2021 de 14% no gasto em relação ao ano de 2020 deveu-se a alteração da contratação do serviço de telefonia móvel, com a inclusão de pacote de dados suficiente para o atendimento da maior demanda decorrente da prevalência do teletrabalho, em razão da Pandemia de Covid-19. Em 2022 houve uma discreta redução nos gastos em telefonia, de 1,8 %, em relação a 2021.



META 10 – Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

Em 2020, o valor executado com o serviço de vigilância foi de R\$ 5.883.628,38, tendo havido uma redução de 34% em relação ao ano de 2019 (R\$ 8.945.410,00), ano referência, com uma redução de 120 para 77, no quadro de vigilantes, e de 80 para 39, no número de postos de vigilância, em razão da Pandemia de Covid-19.

Em 2021, foi executado com este serviço o valor de R\$ 5.961.367,32 (77 vigilantes e 39 postos de vigilância), o aumento se deu devido ao reajuste previsto em convenção coletiva, não tendo havido aumento de postos em relação ao ano de 2020.

O valor executado em 2022 relativo a essa rubrica foi de R\$ 5.904.397,10 (referente a 78 vigilantes e 39 postos de vigilância).

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	80	80	80	80	39	39	39
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	8.669.357	8.603.074	8.807.120	8.945.410	5.883.628	5.961.367,32	5.904.397,10



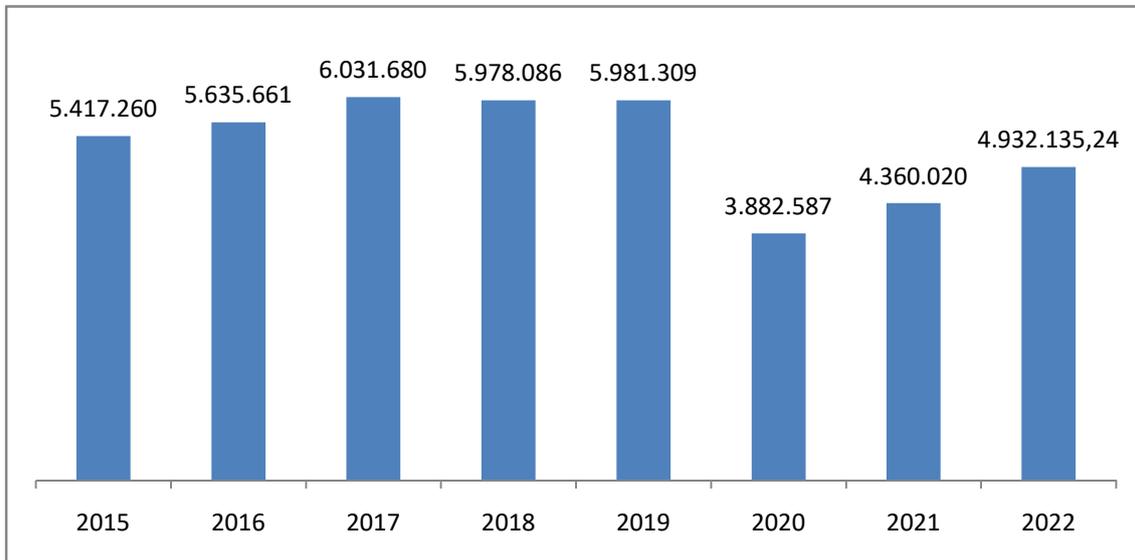
META 11 – Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza. O indicador é a totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.

Em 2022, o valor executado com o serviço de limpeza foi de R\$ 4.932.135,24, uma redução de 13,55% em relação ao ano referência (2019).

Gastos com Limpeza (R\$)





META 12 – Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute

Meta cumprida.

Os gastos de que tratam a meta correspondem às despesas realizadas com reformas ou mudanças de leiaute durante o ano. Devem ser considerados: materiais de construção utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário.

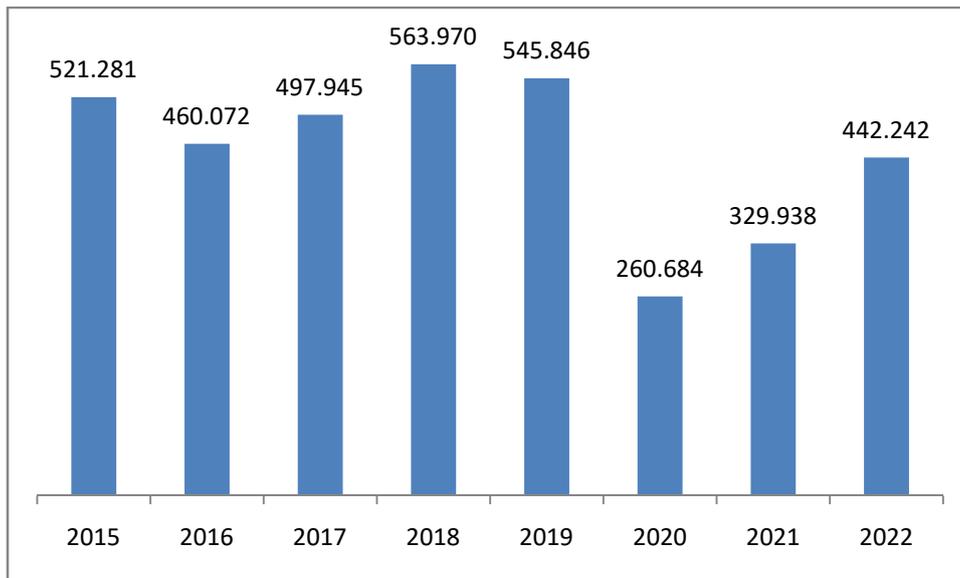
Os gastos com as reformas e mudanças de leiaute em 2022 para atendimento da instalação dos 16 novos gabinetes de desembargadores federais estão dentro da estimativa de gastos realizada pela Divisão de Engenharia e Manutenção Predial - Dieng, de R\$ 2.938.680,00 (PAe 0076221-80.2021.4.01.8000 – Planilha 16284031), o valor gasto no período com reformas e mudanças de leiaute foi de R\$ 2.316.149,08.

Item	Valor (R\$)
Divisórias	930.000,00
Infraestrutura de Rede e energia	40.000,00
Mão de obra temporária	30.000,00
Materiais diversos de manutenção	20.000,00
Poltronas para desembargadores	98.000,00
Mesa principal, mesa auxiliar, gaveteiro, estante, mesa de reunião	323.200,00
Gaveteiro, mesa em L (estação de trabalho), mesa península	401.783,00
Refrigerador tipo frigobar	65.641,08
Umidificador de ar	3.717,00
Cadeiras, poltronas	369.572,00
Sofás	34.236,00
Total	2.316.149,08

 **META 13** – Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (ano referência 2019)

Meta cumprida.

Quantidade de Quilômetros Rodados (Km)



Em 2022, a frota de veículos do Tribunal rodou 442.242 km, uma redução de 19% em relação a 2019. A queda no número de quilômetros rodados pela frota e a consequente redução do gasto com combustíveis em relação ao ano de 2019 ainda é reflexo da adoção do trabalho remoto pelos servidores e pelos magistrados em razão da Pandemia de Covid-19, ficando claro nos resultados históricos do indicador o gradativo retorno às atividades presenciais nos anos 2021 e 2022.



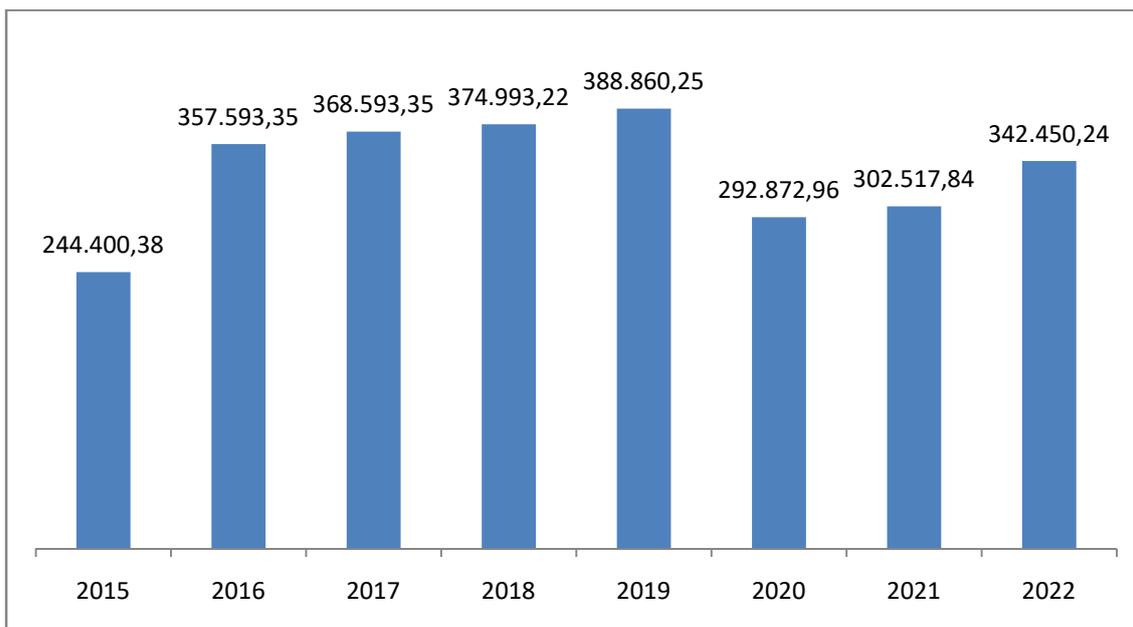
META 14 – Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)

Meta cumprida

A Meta 14 inclui os valores correspondentes à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do Tribunal. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros).

Em 2022, o Tribunal gastou R\$ 342.450,24 com a manutenção de sua frota, uma redução de 12% em relação ao gasto de 2019 (ano referência).

Gastos com manutenção preventiva (R\$)



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022



META 15 – Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022

Meta cumprida.

As ações educacionais relacionadas com o tema de sustentabilidade realizadas no biênio 2021/2022, em cumprimento ao disposto no §3º do art. 16 da Resolução CNJ 400/2021, objetivaram estimular o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida, equidade e diversidade no âmbito da instituição, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.

No biênio 2021/2022 foram capacitados 163 servidores (2º Grau), número que equivale a 12,90% do quadro de servidores do Tribunal, tendo a meta proposta sido superada em 2,90%. Segue abaixo o quadro de capacitações em sustentabilidade realizadas no período.

Nome da Ação Educacionais	Data de realização	Total de participações da JF1 (magistrados, servidores, prestadores e estagiários)	Total de participações de servidores do TRF1	Total de participações de servidores do TRF1 sem repetição
2021				
Oficina sobre Aproveitamento Alimentar	21/06/2021	23	11	11
Oficina sobre Horta Caseira	23/06/2021	62	21	12
Oficina sobre Alimentação Saudável	25/06/2021	41	17	7
Palestra sobre Consumo Consciente	30/11/2021	93	39	32
Roda de Conversa "Acessibilidade e Inclusão para todos, Responsabilidade de cada um"	21/09/2021	146	56	40
Curso on-line "Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - Turma 1/2021"	18/10 a 30/11/2021	49	30	15
Subtotal		414	174	117
2022				
Roda de Conversa sobre o Meio Ambiente	10/06/2022	47	26	8
Roda de Conversa sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (Setembro Azul)	21/09/2022	86	37	11
Curso on-line ao vivo "Curso Instrumental de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Básico 1 - T1/2022"	18/10 a 11/11/2022	15	8	5
Palestra on-line ao vivo "Critérios de Sustentabilidade nas Compras Públicas"	25/11/2022	102	39	22
Subtotal		250	110	46
Total (anos 2021 e 2022)		664	284	163

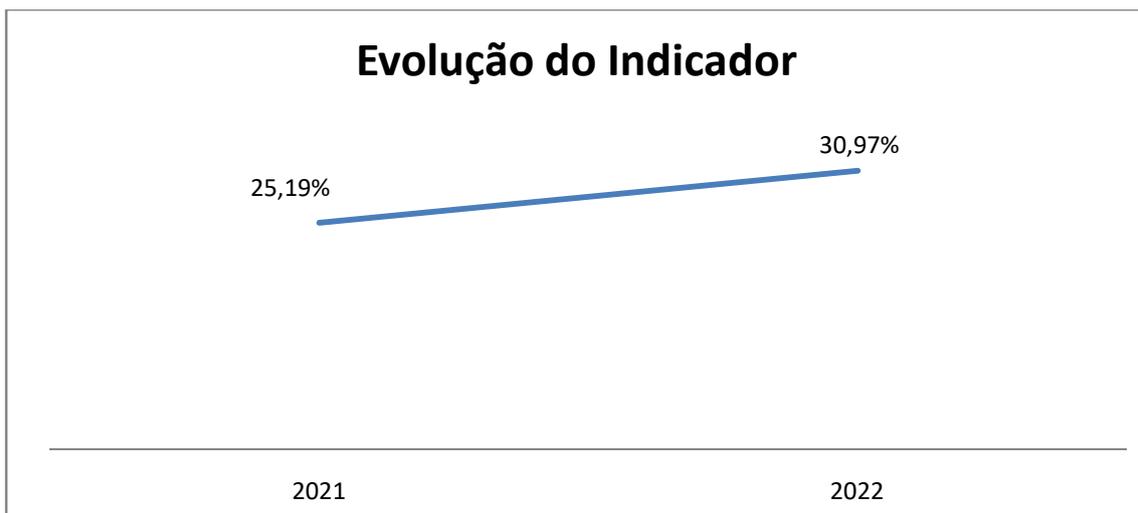
 **ETA 16** – Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações

Meta cumprida.

Em 2021, foi implementado o indicador de sustentabilidade em novas licitações, com o objetivo de mensurar o grau de aplicação dos critérios de sustentabilidade nas contratações do Tribunal.

Em 2022, 30,97% das contratações realizadas pelo Tribunal foram classificadas como sustentáveis, um índice 23% superior ao ano de 2021, ano em que 25,19% das contratações do Tribunal foram sustentáveis.

Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis
Cálculo do Indicador
Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis
Total de contratações sustentáveis: 114 Total de novas contratações: 368
Fórmula: (quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010) / (Quantidade de novas licitações)
Apuração do índice: $114/368 = 0,3097 \Rightarrow 30,97\%$



 **META 17 – Implementar o indicador de equidade**

Meta cumprida

Em 2021, foi implantado o indicador de equidade, para mensuração do grau de equidade de gênero no Tribunal, verificadas inclusive a distribuição de cargos e funções comissionadas. Conforme se verifica pelo quadro abaixo, não há diferença relevante entre os números aferidos pelo indicador de equidade de gênero para os anos 2021 e 2022. A análise extraída do indicador é de que há no quadro funcional do Tribunal uma distribuição equitativa, quase perfeita, entre os gêneros.

Indicador de equidade de gênero				
2021				
	Servidores (homens)	Servidoras	Total	Indicador de Equidade de gênero (percentual de mulheres)
Servidores (as)	648	615	1263	48,69 %
Cargos Comissionados - CJ	84	87	171	50,87 %
Funções Comissionadas - FC	405	457	862	53,01 %
2022				
	Servidores (homens)	Servidoras	Total	Indicador de Equidade de gênero (percentual de mulheres)
Servidores (as)	640	595	1235	48,18 %
Cargos Comissionados - CJ	102	100	202	49,50 %
Funções Comissionadas - FC	386	437	823	53,09 %

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA

Em 2021, a avaliação aferida pelo Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA aumentou de 1,98 para 1,99 para 1ª Região, tendo o IASA do Tribunal ficado estável, em 1,98 para o Tribunal, em uma escala de 0 a 3, na qual 0 é o pior e 3 o melhor resultado. Em comparação ao IASA da Administração Pública Federal e dos Três Poderes, publicado em 2017 pelo TCU, o resultado obtido em 2020 pela 1ª Região a coloca acima da Administração Pública Federal (IASA 1,64), do Poder Executivo (IASA 1,61) e do Poder Judiciário (IASA 1,69), ficando abaixo apenas da avaliação obtida pelo Poder Legislativo (IASA 2,12).

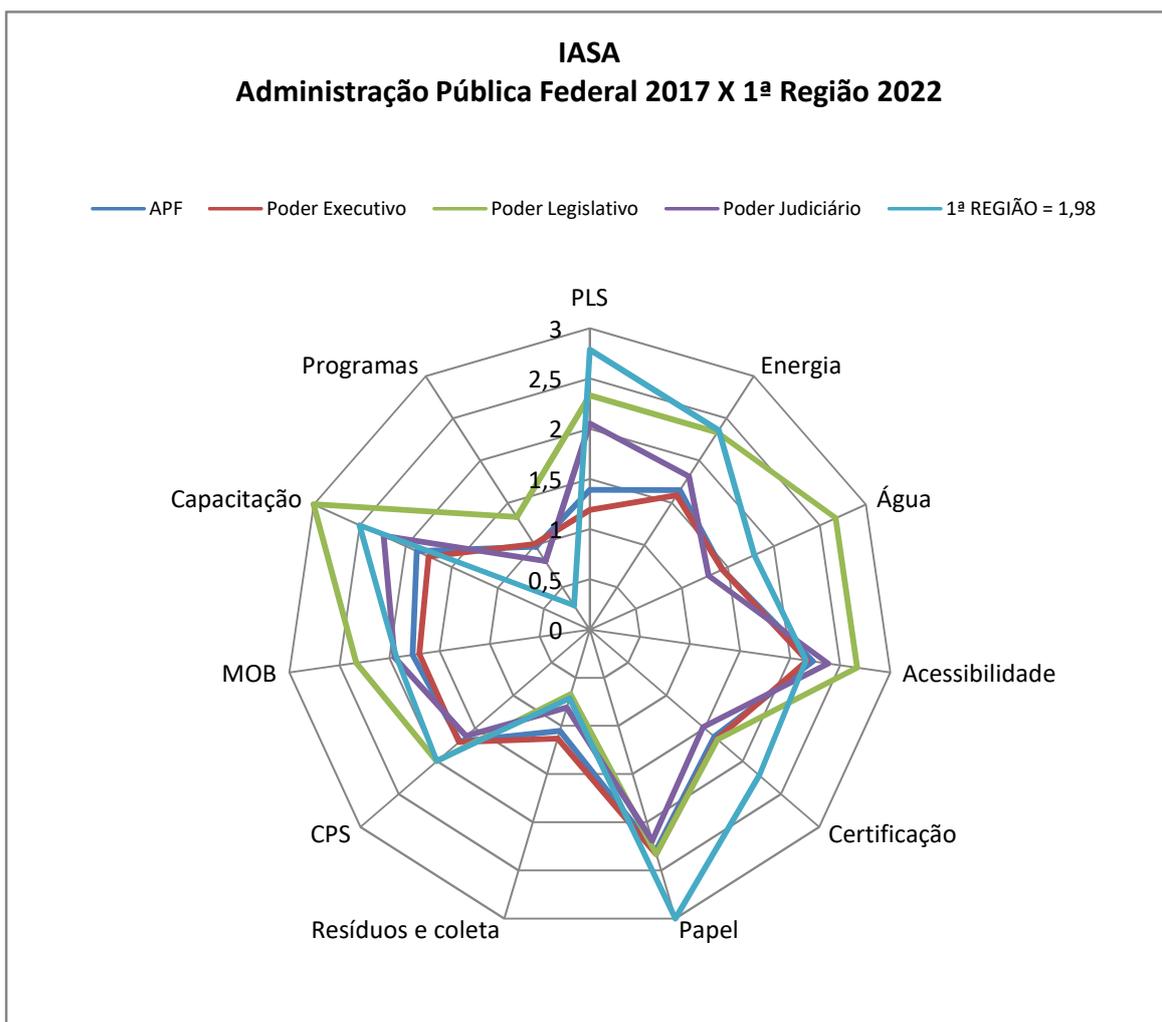
O IASA foi concebido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal – APF. A partir de respostas autodeclaradas dos órgãos públicos dos Três Poderes a questionário elaborado pelo TCU foi extraída pontuação para aferição da sustentabilidade da APF em onze temas, sendo o IASA a média da pontuação recebida nestes temas: 1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade. O IASA da 1ª Região é a média do índice do Tribunal e das 14 pelas Seccionais.

O resultado total e individualizado do IASA do Tribunal e das seccionais está disponibilizado no Portal do Tribunal, menu Institucional/Gestão Socioambiental/IASA.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022

	APF	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	1ª REGIÃO = 1,98
PLS	1,39	1,19	2,33	2,05	2,79
Energia	1,65	1,59	2,33	1,81	2,36
Água	1,44	1,44	2,67	1,29	1,79
Acessibilidade	2,23	2,17	2,67	2,38	2,16
Certificação	1,63	1,66	1,67	1,48	2,21
Papel	2,3	2,33	2,33	2,19	3,00
Resíduos e coleta	1,05	1,13	0,67	0,81	0,71
CPS	1,7	1,71	2	1,62	2,00
MOB	1,77	1,7	2,33	1,95	1,93
Capacitação	1,88	1,75	3	2,24	2,50
Programas	0,98	1,01	1,33	0,81	0,29
IASA TOTAL	1,64	1,61	2,12	1,69	1,98

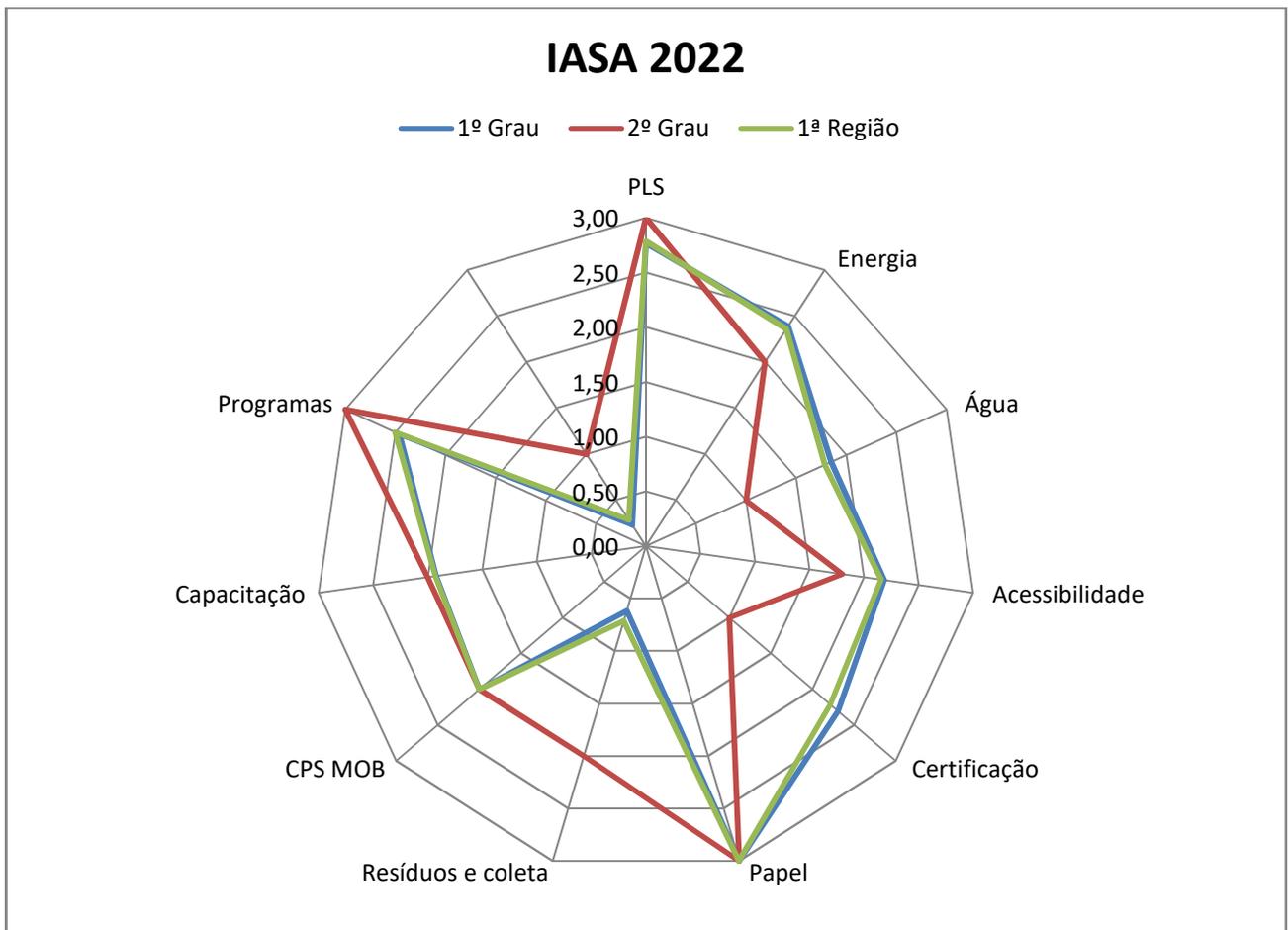
(*) Resultado publicado pelo TCU em 2017, a Auditoria Operacional nas Ações Adotadas pela Administração Pública Federal nas Áreas de Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e de Água



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
 Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
 Ano 2022

No caso da Justiça Federal da 1ª Região, foram apurados os seguintes índices em 2022:

JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO			
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA 2022			
	1º Grau	2º Grau	1ª Região
PLS	2,85	3	2,86
Energia	2,38	2	2,36
Água	1,85	1	1,79
Acessibilidade	2,18	1,8	2,16
Certificação	2,31	1	2,21
Papel	3,00	3	3,00
Resíduos e coleta	0,62	2	0,71
CPS	2,00	2	2,00
MOB	1,92	2	1,93
Capacitação	2,46	3	2,50
Programas	0,23	1	0,29
IASA TOTAL	1,98	1,98	1,98



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Relatório de Desempenho - PLS-TRF1 2021/2026
Ano 2022

Diretor-Geral

Carlos Frederico Maia Bezerra

Comissão Gestora do PLS-TRF1

Presidente

Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes

Vice-presidente

Juíza Federal Candice Lavocat Galvão Jobim

Membros

Adriana Rocha Dutra Vilela

Aline Maria Lima Sá Campos

Ana Alice Siqueira Santos Carvalho

Ariadne Maryla Tezelli Souza

Bruno Azevedo Vilela

Carlos Roberto de Jesus Domingues

Humberto Balduino Nascimento

Irani Pierre de Araújo Ribeiro

Ivani Luiz de Moraes

José Andrade Filho

José Arnaldo Martins Costa

Josefa Dias Gomes

Kely Marques Mello

Lilian da Cruz Lima

Mario Sérgio Magalhães Bezerra

Nádia Barbosa da Cruz Santana

Paloma Leal Coutinho

Renato Lopes Fernandes

Rodrigo Pires Andrade Maranhão

Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira

Vânia Regina Fernandes

Washington Cardoso da Cunha

Equipe

Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação

Sandra Maria Alves Borges Costa

Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

Maria Carolina de Sousa Ribeiro

Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão

Carlos Roberto de Jesus Domingues